

Relatório de Participação

Reunião: LACIGF 10

Local e data: Cidade do Panamá, 2 a 4 de agosto de 2017

**Participante: Secretário Thiago Braz Jardim Oliveira
(Ministério das Relações Exteriores)**

O Secretário Thiago Braz Jardim Oliveira, do Ministério das Relações Exteriores, representou o governo brasileiro na 10ª Reunião Regional da América Latina e o Caribe Preparatória para o Fórum da Governança da Internet (LACIGF 10), realizada na Cidade do Panamá, de 2 a 4 de agosto de 2017. Também participaram, pelo Brasil, o Secretário-Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Professor Hartmut Glaser, bem como os senhores Thiago Tavares, Flávia Lefèvre, Henrique Faulhaber e Flávio Wagner, integrantes do CGI.br, em representação da sociedade civil, do setor privado e da comunidade acadêmica, além de outras personalidades não vinculadas ao referido Comitê.

2. A reunião serviu para reafirmar o compromisso do governo brasileiro com o modelo multissetorial de governança da Internet. Além do Brasil, estiveram representados, em nível de governo, Chile, México e Uruguai (que fazem parte do Comitê de Programa do LACIGF), bem como Colômbia e Panamá. Recordo, a propósito, que o Chile assumiu, no início do ano, pelo critério de rotatividade, vaga anteriormente ocupada pelo Brasil.

3. Com a saída do governo brasileiro do Comitê de Programa, o País deixou de contar com representante no órgão responsável pela organização das edições anuais do LACIGF. Cabe mencionar, a propósito, que além de Chile, México e Uruguai, o Comitê é composto atualmente por:

Secretaria:

- LACNIC-Registro de Endereços da Internet para a América Latina e o Caribe;

Sociedade civil:

- Association for Progressive Communications (APC), rede que congrega organizações de diferentes partes do mundo;

- Asociación por los Derechos Civiles (ADC), da Argentina; e

- Derechos Digitales, ONG chilena;

Comunidade Técnica:

- LACTLD-Latin American and Caribbean ccTLDs Organization;

- ISOC-Internet Society, organização sediada nos EUA; e

- Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números-ICANN.

Setor privado:

- Asociación Latinoamericana de Internet (ALAI); e

- Asociación Iberoamericana de Centros de Investigación y Empresas de Telecomunicaciones (ASIET).

4. Durante a reunião do Panamá, os membros do CGI.br reafirmaram o interesse em contar com representante do País no Comitê de Programa do LACIGF. Aventou-se, nesse contexto, a possibilidade de que Henrique Faulhaber, representante da indústria de bens de informática, de telecomunicações e de software, venha a ocupar assento ainda disponível no Comitê para representante do setor privado. Para tanto, será necessário que a candidatura seja apresentada por entidade representativa do setor privado na região. Faulhaber deverá, portanto, oportunamente, buscar o apoio de seus pares na região para viabilizar sua eleição ao Comitê de Programa.

5. No contexto do debate sobre restrições a direitos humanos no ambiente digital, o Secretário Thiago Jardim indicou a pertinência do tema da jurisdição, relativo à governança da Internet de modo geral. Segundo o representante brasileiro, a aplicação de leis de um país a entidades provedoras de serviço em outros países pode afigurar-se um problema na medida em que, por exemplo, as restrições decorrentes do uso da rede privam usuários do exercício de direitos reconhecidos em seus países. Notou, contudo, que o problema de fato preocupa em se tratando da aplicação de legislações domésticas a serviços essenciais para o funcionamento da própria Internet. Seria o caso, por exemplo, da aplicação de uma lei nacional à gestão dos recursos críticos da rede, situação a que permanece sujeita, por exemplo, a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números-ICANN, dado seu estatuto de entidade de direito privado sujeita ao direito dos Estados Unidos e desprovida de imunidades da jurisdição norte-americana.

6. Sobre o futuro da Internet, Jaifa Mezher, do Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicações da Colômbia, comentou sobre a estratégia colombiana para o desenvolvimento do setor das tecnologias da informação e comunicação do país,

consubstanciada, para o período de 2014 a 2018, no "Plan Vive Digital para la Gente", que dá continuidade a estratégia já definida em 2010. O plano, originalmente organizado em torno de quatro eixos (infraestrutura, apropriação, indústria, governo digital), teria sido responsável pelo salto de conectividade logrado no país, contando à data com 1.075 municípios conectados com fibra ótica, de um total de 1.119, tendo-se partido de apenas 200 municípios. A representante colombiana afirmou, ainda, que os esforços de desenvolvimento de infraestrutura não teriam sido bem-sucedidos se não tivessem sido acompanhados de iniciativas de alfabetização digital e apropriação das tecnologias por parte das populações locais, a exemplo da política colombiana denominada "Computadores para educar". Indicou, ademais, que a Colômbia possui diversos centros de excelência - um dos quais se dedicaria aos temas de Inteligência Artificial - em que colaboram academia e setores público e privado, e cujo objetivo é determinar os caminhos a seguir para a mitigação dos riscos e a maximização dos benefícios da digitalização da economia. Recordo, a propósito, que a Colômbia sediará, em 2018, a Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe (eLAC), com vistas à elaboração de nova estratégia digital para a região.

7. Quanto ao tema da segurança cibernética, Ernesto Ibarra Sánchez, da Coordenação de Estratégia Digital da Presidência do México, observou que o principal avanço logrado na região consistiria na adoção do enfoque que envolve os diferentes setores interessados ("multistakeholder"), tanto na concepção como na execução de políticas públicas voltadas à segurança cibernética. Salientou a importância do surgimento, nas últimas décadas, de políticas nacionais em matéria de digitalização, em que os entes públicos se encarregam do seguimento dos respectivos planos ou estratégias digitais nacionais, que incluem medidas para a alfabetização digital, com vistas a conscientizar os distintos atores sobre os potenciais benefícios e riscos do uso da Internet, com base nos princípios da colaboração e da corresponsabilidade. Enfatizou que políticas de dados e de governo abertos constituem mecanismos importantes para a criação de confiança no ambiente digital, além de reforçar a participação cidadã, mediante o uso de tecnologias da comunicação e informação, o que por sua vez permite gerar novos dados para que os entes públicos, em colaboração com os distintos atores, construam e desenhem políticas públicas adaptadas às necessidades locais.

8. A propósito dos desafios da conectividade e competição no ambiente digital na região, Denis González, da Subsecretaria de Telecomunicações do Chile, mencionou que seu país conta com apenas dois cabos submarinos, ambos dos quais conectados aos Estados Unidos. Nesse contexto, afirmou que as autoridades chilenas estão trabalhando com a ideia, embora ainda não haja nenhum projeto avançado sobre o tema, de se estabelecer um cabo de fibra ótica interligando o Chile à China, passando possivelmente pela Ilha de Páscoa e pela Polinésia Francesa. O projeto não só reduziria os custos da banda larga no país, que seria um dos mais elevados do mundo, como também teria

evidente valor estratégico, sobretudo dada a dimensão econômica que adquire o fluxo de dados no contexto da digitalização das economias do mundo. O representante chileno insistiu, contudo, que se trata de ideia em estágio embrionário.

9. Registro, a propósito, que, à exceção das contribuições acima destacadas de representantes de governos, preponderou, no LACIGF 10, a participação de representantes das sociedades civil, técnica e acadêmica, os quais intercambiaram entre si e ofereceram ao público suas visões sobre os desafios regionais que enfrenta a América Latina e o Caribe em torno dos oito principais temas que compuseram a agenda da reunião: (i) economia digital; (ii) proteção de dados; (iii) segurança informática; (iv) inclusão digital e acessibilidade; (v) futuro da Internet (inteligência artificial, cidades digitais etc.); (vi) direitos humanos e governança da Internet; (vii) objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e TICs; e (viii) redução do espaço para a participação de atores não governamentais em torno das políticas públicas da Internet.

10. Do tratamento dos temas acima indicados, como constante, emergiram considerações sobre como obter, na América Latina e no Caribe, um ambiente regulatório adequado para o desenvolvimento digital da região. Em sede de economia digital, por exemplo, reconheceram-se os esforços de blocos regionais, como a Aliança do Pacífico, no sentido de buscar harmonizar normativas que permitam o comércio eletrônico e o fluxo de dados entre países. Discussões acerca do desenvolvimento de marcos regulatórios e, de modo mais amplo, de políticas públicas em níveis nacional e regional estiveram no centro dos demais debates, notadamente sobre proteção de dados, direitos humanos, ODS, acessibilidade e inclusão digital, e sobre o futuro da Internet. O fato merece nota na medida em que implica o reconhecimento de que é necessário envolver governos para a superação dos desafios identificados e debatidos, ainda que exclusivamente, por atores não governamentais.

11. Nesse contexto, merece destaque a intervenção de Flávia Lefèvre, Conselheira do CGI.br, no painel sobre inclusão digital e acessibilidade. Lefèvre argumentou que, para se garantir acesso universal à Internet, em oposição à mera massificação desse acesso, seria preciso avançar em quatro eixos fundamentais, os quais dependem, por sua vez, de estreita interlocução com governos: (i) infraestrutura disponível para usuários finais, mas, também, para pequenos provedores - os quais dependem, no Brasil, das grandes redes, apropriadas em concessões públicas com validade até 2025, para levar acesso às áreas mais remotas do País; (ii) políticas públicas para assegurar-se a "contratação do acesso", à semelhança das políticas de subsídio praticadas no setor energético; (iii) regulação robusta para coibir práticas comerciais que violem a neutralidade da rede, que promovam a discriminação contra consumidores desfavorecidos economicamente e/ou que afetem o direito à informação e a liberdade de expressão; e (iv) efetivação de políticas educacionais integradas às políticas públicas de

ampliação de acesso. A propósito deste quarto ponto, recordo que, conforme informado anteriormente, Jaifa Maezher, no contexto de sua apresentação sobre as políticas de universalização de acesso praticadas na Colômbia, já havia defendido a importância da educação digital, combinada à ampliação do acesso, para se lograr a universalização da Internet.

12. Além da contribuição de Flávia Lefrève na qualidade de painalista, o CGI.br fez-se representar, nas discussões substantivas do LACIGF 10, por Flávio Wagner. Como moderador do painel sobre o futuro da Internet, Wagner conduziu as discussões sobre as oportunidades e desafios para a região resultantes da digitalização dos processos econômicos e sociais, ocasião em que recordou que o tema ocupa posição de destaque na agenda global do Fórum de Governança da Internet (IGF) deste ano, a ser realizado em dezembro, em Genebra, em torno do lema "Shape your digital future". Carlos Affonso Souza, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-Rio), também integrou painel no contexto do LACIGF10, tendo discorrido a respeito da proteção de dados em ambiente digital no Brasil.